

desmandos e às diatribes do estado e da sociedade. O poder e os jogos de poder existem em qualquer instância e muito bem lembra a autora que "A construção de uma prática educativa não-sexista necessariamente terá de se fazer a partir de dentro desses jogos de poder".

A última parte do livro - que não é um ensaio - chama-se Para Saber Mais: revistas, filmes, sites, livros... e me faz lembrar, mais uma vez, de seus possíveis leitores e leitoras. Algumas vezes conseguimos ter uma colega de trabalho ou uma aluna que nos traz informações de um filme que se prestaria a uma boa discussão sobre, por exemplo, o sexismo na escola; mas nem sempre. Assim, a indicação aberta que faz de filmes que se prestam a uma discussão (tenho certeza que a autora adoraria receber novas indicações) é de enorme valia, tal como a indicação de revistas. Sabemos que a distribuição de revistas nem sempre corresponde à expectativa que seus editores ou editoras têm de colocar à disposição de um público maior artigos para o debate e troca de idéias; a distribuição tem dificultado a circulação e faz com que boas revistas fiquem muitas vezes restritas a um circuito regional, quando não institucional. Saber que determinados títulos existem já ajuda na hora de ir à biblioteca, fazer pedido aos livrinhos ou buscar uma assinatura. Também os sites na Internet

dão uma contribuição muito interessante. Quando dizemos "navegar na Internet" estamos presumindo que o acesso aos endereços que nos interessam seja óbvio, isto é, acessando a Internet automaticamente chegamos aonde queremos. Mas há segredos aí e é a democratização da informação que possibilitará a reunião virtual de pessoas interessadas no mesmo tema. Assim, sites comuns como os do Yahoo ou outros menos, como os de bibliografias temáticas e ainda de autor/as, permitem um compartilhamento de idéias e ampliação do universo de discussão.

Por último, gostaria de chamar atenção para o fato de que as normas de citação bibliográfica - que a autora felizmente transgrediu ao longo do livro, mas mantém corretas nas Referências Bibliográficas - impedem o reconhecimento dos autores pelo sexo. Sobre feminismo e congêneres não são tão raras as mulheres que escrevem (aliás, há muito mais mulheres que homens), mas em outras áreas não são tantas e temos de vê-las escondidas atrás de iniciais de seus nomes que não deixam entrever sua mínima identidade, aquela que nos dá o registro civil. Quem será HARRIS, R.? ou MILLET, K.? é claro que está correta a citação. Mas será certo citar assim?

ELIANE MARTA TEIXEIRA LOPES ■

Questões fundamentais de vida e saúde

Tecnologias Reprodutivas: gênero e ciência.

SCAVONE, Lucilla (org.).

São Paulo: Editora da Unesp, 1996 (Seminários & Debates).

O livro *Tecnologias Reprodutivas*, uma coletânea de artigos, é um dos resultados de um seminário internacional e interdisciplinar (Gênero, Ciência e Tecnologias Reprodutivas), realizado em março de 1995, na UNESP, no Campus de Araraquara/SP. O tema que se tornou o eixo do evento foi o uso crescente das tecnologias reprodutivas - em seus aspectos contraceptivos e conceptivos - nas sociedades contemporâneas,

discutido em suas implicações sociológicas, políticas, éticas e na saúde.

O foco do livro é a denúncia do abuso das intervenções médicas centradas no uso de tecnologias, sem consideração pelo sujeito que as utiliza. Assim, o livro destaca a questão ética, que se torna premente nesta discussão, em face da maciça intervenção tecnológica no campo das práticas contraceptivas e anticoncepcionais, especificamente no corpo da mulher, onde estas tecnologias intervêm diretamente, afetando e, muitas vezes, ferindo sua autonomia.

O argumento do livro situa-se na fronteira entre a discussão militante feminista dos direitos reprodutivos e da sexualidade e a perspectiva de uma produção científica que se contrapõe ao racionalismo moderno que moldou a sociedade ocidental, "desconstruindo" seus pressupostos de verdade.

O livro divide-se em várias partes. A primeira refere-se a Gênero e Epistemologia e reflete uma polarização de referenciais para pensar o feminismo e a ciência atuais. De um lado, o feminismo é pensado a partir da proposta pós-moderna da dissolução do sujeito, irredutível a uma lógica universal, em face das inevitáveis relações de poder, como mostra o artigo da historiadora Margareth Rago, com base em Foucault; de outro, aparece a concepção do feminismo - e dos movimentos de emancipação atuais em geral - como legítimo herdeiro do iluminismo, próximo do Ideal Iluminista de emancipação da pessoa, vivendo, assim, as consequências dos limites do próprio iluminismo, como é o caso do artigo do filósofo Roberto C. Martins.

O feminismo é analisado como uma forma de crítica - das mais radicais e consistentes, citando Boaventura Souza Santos - ao paradigma moderno de racionalidade científica, o que aparece na produção científica sobre gênero ou desigualdades sexuais, como mostra o artigo de Lucila Scavone, organizadora da coletânea e do seminário que lhe deu origem. A constituição deste novo campo de saber, então, aparece fundamentalmente articulada às questões levantadas pelo movimento feminista, enfatizando-se a importância da afirmação da diferença e a dimensão relacional dentro da reflexão sobre gênero, como reafirmam os comentários de Angela Arruda, psicóloga social.

O artigo da enfermeira Rosa M. G. Serpa da Fonseca focaliza o campo da saúde, a partir de uma revisão crítica das teorias interpretativas do processo saúde-doença, argumentando que a produção de saberes sobre a saúde da mulher tem ignorado a mulher como ser social, concebendo-a apenas a partir de suas funções reprodutivas-biológicas.

A segunda parte do livro, bastante diferenciada, trata das implicações sociais e de saúde dos avanços da contracepção, permeados por ambigüidades. Hélène Brétin, socióloga francesa, a partir de pesquisa sobre o uso de métodos contraceptivos injetáveis na França, discute a relatividade do chamado progresso em matéria de contracepção e seu caráter ambivalente. Segundo sua argumentação, para mulheres diferentes, diferentes métodos são usados (e recomendados), reproduzindo clivagens sociais e refletindo o acesso desigual a benefícios sociais. Fernanda Carneiro crítica o predomínio da contracepção medicalizada em detrimento de métodos menos "predatórios" - como os métodos de barreira e o conhecimento da ovulação - e de novas posturas em relação à sexualidade.

Os comentários da enfermeira M. Solange Guarino Tavares complementam estas questões sobre as implicações das tecnologias reprodutivas para a saúde da mulher.

O artigo de Solange Dacache e Giselle Israel sobre o uso do produto anticoncepcional hormonal, cuja marca registrada é Norplant, em sua preocupação de denúncia, limita a argumentação. O mesmo pode ser dito da análise da jornalista Thais Corral sobre a relação - não observada em outros países - entre o controle populacional e o aumento da pobreza no Brasil. A autora enfatiza as estratégias de resistência das mulheres brasileiras às políticas de controle e desconsidera outros fatores implicados nesta relação.

A terceira parte do livro dedica-se ao aborto. Lucila A.C. Vianna o faz do ponto de vista da epidemiologia. Num trabalho sério em que trata quantitativamente do problema, destaca o fato de que não existem estatísticas confiáveis para se avaliar a incidência do aborto provocado, alerta importante diante da irresponsabilidade com que se manipulam dados sobre este fenômeno, tanto entre os que defendem sua legalização quanto entre os que, de forma alarmista, esbravejam contra ela. O artigo de Rebeca de Souza e Silva, estatística de formação, comenta as questões e propostas discutidas no primeiro encontro latino-americano e do Caribe que reuniu profissionais de diferentes áreas para a discussão do aborto provocado. Também chama a atenção para as dificuldades de discussão de uma prática ilegal e, considerada, por muitos, imoral, cujos dados, por esta mesma razão, carecem de fidedignidade. O relato da enfermeira Janine Schirmer sobre a prática do aborto legal numa instituição de saúde, a partir de sua experiência na Itália, mostra as ambigüidades da questão, mesmo num contexto de legalidade.

A socióloga M. Lygia Quartim de Moraes, partindo do direito prioritário da mulher decidir sobre a gravidez, introduz o que chama de "o ponto de vista da criança". Em sua formulação, a relação entre as questões do aborto e da cidadania diz respeito não apenas aos direitos da mulher (ênfatisados nos comentários de Danda Prado), mas ao "direito da criança de ser desejada", evitando-se, desta maneira, o que chama de verdadeiros problemas: a violência familiar e social contra a criança.

O último bloco do livro refere-se às tecnologias reprodutivas e a suas implicações sociais, éticas e de saúde. Os artigos neste bloco também contrastam nitidamente. A socióloga

Alejandra Rotania oferece uma fecunda análise das implicações éticas do avanço das ciências da vida associadas ao progresso tecnológico, a partir da idéia de que este avanço significou uma profunda mudança ontológica, que não pode ser ignorada na discussão dos riscos e benefícios das novas tecnologias. Margareth Arilha igualmente pondera que as tecnologias conceptivas, desde que controladas pela sociedade como um todo, podem ter aspectos positivos, entre eles, o de realizar o desejo da maternidade. O artigo de Gena Corea, jornalista e escritora, que trata dos riscos da fertilização *in vitro* e das aberrações das pesquisas em torno desta tecnologia, e o de Fátima Oliveira, médica, que trata dos problemas relativos ao gênero, ao racismo e à bioética na medicina da procriação pecam, mais uma vez, por um tom denunciatório que, como em outros artigos anteriormente mencionados, limita a análise.

Destacam-se no livro a relevância e a atualidade dos temas, a perspectiva multidisciplinar de análise e a troca de experiências internacionais. O livro é, no entanto, desigual. Ao predomínio de uma análise rigorosa e cuidadosa da relação entre gênero/saúde e ciência, que faz sua leitura imprescindível, contrapõe-se em alguns momentos um *parti-pris* que empobrece a questão. Pelas implicações políticas das tecnologias reprodutivas, que envolvem não apenas reflexão, mas intervenção, o livro dificilmente escaparia deste dilema, ao preço talvez de limitar seu alcance. Questões éticas e ontológicas - fundamentais porque dizem respeito a todos(as) nós, ao que a ciência faz, pode ou deve fazer de nossas vidas - foram colocadas, discutidas e analisadas. Merecem ser lidas com toda atenção e cuidado.

CYNTHIA A. SARTI ■

As mulheres e o (seu) tempo

Recherches Feministes, vol. 9,
nº 2, Québec, 1996.

O volume 9, número 2, da Revista *Recherches Feministes* - editada pela Universidade de Laval, em Québec, Canadá, - tem por tema *Les Âges de la Vie* (As Idades da vida). A revista se propõe a mostrar como esse tema atravessa os principais debates sobre as sociedades atuais e seu futuro. De fato, como bem diz Françoise-Romaine Quéllette, na introdução do volume, algumas das grandes questões em jogo no momento, como a renovação das gerações, a inserção profissional dos jovens, e o aumento dos custos das despesas públicas de saúde e previdência para diferentes categorias de pessoas dependentes, são "diretamente ligadas a uma mutação ainda recente das temporalidades individuais e coletivas". Partindo do pressuposto de que as explicações sobre essas mudanças e sobre seus efeitos não podem se dar exclusivamente de uma perspectiva demográfica, o conjunto de artigos e notas de pesquisa (além de algumas resenhas) reunido nesse número da Revista realiza aproximações diversas - tanto no plano metodológico quanto

da escolha dos objetos de investigação - sobre as diferenças entre os indivíduos, as gerações e os sexos, tentando justapor e articular essas diferenças.

Os trabalhos apresentados por sociólogas, antropólogas e historiadoras canadenses, francesas e suíças, agrupam-se basicamente em torno de dois eixos. O primeiro deles remete mais fortemente para trajetórias individuais, ao analisar os modos de entrada - no feminino - nas idades, ou os itinerários esportivos diferenciados segundo o sexo, ou ainda a mobilidade de homens e mulheres diante da aposentadoria. O outro parte das noções de geração e categoria de idade, para estabelecer relações entre períodos determinados e as experiências efetivamente vividas pelos atores sociais. No seu todo, os artigos recuperam as experiências e a ação social de mulheres, no quadro de relações de idade e, paralelamente, limitadas pelo caráter estruturante das relações de gênero.

No primeiro bloco de textos, o trabalho de Denise Lemieux, *A Idade Adulta, seus Limites, seus Rituais e suas Fronteiras Incertas: Histórias de Vida de Mulheres de 30*, toma as idades da vida como fonte de simbolização do tempo, e analisa discursos retrospectivos e prospectivos de mulheres adultas jovens de Québec, que vive-